

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.481 - SP (2018/0336999-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **E B DA S**
AGRAVANTE : **C N P**
ADVOGADOS : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
NATASHA TEIXEIRA GONÇALVES DE SOUZA - DEFENSORA PÚBLICA
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
INTERES. : **S C P DA S (MENOR)**
INTERES. : **R H P DA S (MENOR)**
INTERES. : **R H P DA S (MENOR)**
INTERES. : **D B**
INTERES. : **R K C P DA S (MENOR)**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por E.B. DA S. e C.N.P. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR - Sentença que destituiu os genitores do poder familiar sobre sua filha - Alegado o desacerto do julgado, porque ausente hipótese de violação aos deveres decorrentes do poder familiar, bem assim, porque revertida a condição de vulnerabilidade - Descabimento - Prova técnica e oral aptas a apontar a total inaptidão dos acionados para assumirem os cuidados da prole - Genitores narcodependentes, que não aderiram ao tratamento necessário e que não dispensavam os cuidados básicos aos filhos - Descumprimento dos deveres de guarda, proteção e educação caracterizado - Determinação impugnada que encontra fundamento nos arts. 1.638, II e III do C.C., 98, II e 129 X, do ECA - Superiores interesses da menor que devem ser o norte para o deslinde do caso - Medida combatida que se mostra a mais adequada à efetivação dos direitos ao convívio familiar e social garantidos pelos arts. 227 da CF e 19 do ECA - Sentença mantida - Apelação não provida" (fl. 322 e-STJ).

No recurso especial, foi alegado, em síntese, que "(...) o TJSP negou vigência aos artigos 19,23 e 24, da Lei 8.069/1990, ao confirmar a destituição do poder familiar dos recorrentes sem que estivesse presente hipótese do artigo 1.638 do Código Civil" (fl. 343 e-STJ).

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 354/357 e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O Tribunal de origem, soberano na apreciação do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu ser

"(...) inquestionável a violação dos deveres inerentes ao poder familiar, diante da comprovada incapacidade e desídia dos genitores com a criação e cuidado de toda a prole.

Na hipótese, os genitores drogados e negligentes, impunham aos filhos condição de vulnerabilidade e os submetiam à situação de risco, na medida em que os deixavam em abandono, à mercê da própria sorte, não buscando adesão às propostas e tratamentos indicados pela rede de proteção.

Tal situação é reportada pelos técnicos da ETJ, comprovando a incidência de fatos vulneradores dos deveres dos pais com a criação, proteção e educação dos filhos.

(...)

No mais, conquanto tenham os recorrentes dado indicativas de que buscariam adesão aos encaminhamentos, sendo até mesmo identificados significativos progressos, seus esforços foram insuficientes a lograr plena recuperação e capacitação para reassumirem os cuidados dos filhos, especialmente da pequena R., pois não foram assíduos nos acompanhamentos (fls. 86/86 v.).

(...)

Nesse contexto, os dados técnicos são aptos a comprovar o descumprimento dos deveres de guarda, criação e proteção da prole, bem assim, o descompromisso dos acionados com a reversão da condição que levou a aplicação da medida de proteção.

Mas não é só.

Mesmo a prova oral não traz dados que animem outra conclusão.

Oportuno aqui destacar outra prova do descompromisso dos requeridos com a condição dos filhos, pois se furtaram ao chamamento judicial e apenas foram ouvidos pelo juiz mediante condução coercitiva (fls. 150/151, 168, 171 e 195).

E seus depoimentos não convencem.

A acionada se limitou a dizer ao juiz que pretende reaver a guarda dos filhos, contudo não apresentou projeto coerente com suas pretensões, sequer assumiu o uso de drogas ou mesmo se dispôs a aderir ao tratamento para sua adicção (fls. 152/153).

O genitor, igualmente se limitou a manifestar sua discordância com o procedimento e que tem condições de prover os cuidados dos filhos; contudo, a exemplo de sua companheira, não apresentou qualquer projeto diverso do cotidiano como há anos já vivem (fls. 205/206).

Diante de tais informações, ao contrário do que afirma a defesa, restou confirmada a inaptidão dos acionados para se ocuparem dos cuidados dos filhos. O caso espelha verdadeira hipótese de abandono da prole,

pela desídia de seus pais, já que não aderem aos encaminhamentos da rede de proteção, tampouco, procuram se submeter ao necessário tratamento para o combate à dependência ao uso de drogas, principal óbice ao alcance da reestruturação e capacitação para o exercício dos deveres decorrentes do poder familiar.

Não pode passar despercebido, lado outro, que todos os meios foram oportunizados, exaustiva e repetidas vezes, sem êxito, algo que revela a inviabilidade da reintegração familiar, como determina o artigo 101, § 1º, do ECA, restando, com clareza solar, demonstrada a irreversibilidade da situação que ensejou o início do procedimento.

(...)

Assim, patente a incidência dos termos dos artigos 1638, II e III, do Código Civil e 24 do ECA, legítima a aplicação da medida de perda do poder familiar, nos termos dos artigos 98, inciso II e 129, inciso X, da Lei nº 8.069/90" (fls. 323/327 e-STJ).

Considerando que a conclusão a que chegou a Corte de origem encontra-se calcada em fortes premissas fático-probatórias, verifica-se que a análise da tese de que não estaria caracterizada nenhuma das hipóteses que autorizariam a destituição do poder familiar encontra óbice, de fato, na Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de tratar dos honorários recursais (artigo 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que não foi fixada condenação a esse título.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator